



DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Diário do Governo, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS		
As 3 séries . . .	Ano 120\$00	Semestre
A 1.ª série . . .	50\$00	26\$00
A 2.ª série . . .	40\$00	21\$00
A 3.ª série . . .	40\$00	21\$00

Aviso: Número de duas páginas \$20;
de mais de duas páginas \$10 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 1\$20 a linha, acrescido de \$03 de selo por cada um. Exceptuam-se os casos previstos nos §§ 1.º e 2.º do artigo 1.º do decreto n.º 8:434, publicado no Diário do Governo n.º 220, 1.ª série, de 31-X-1922.

AVISO

Todos os assinantes do «Diário do Governo» cujas assinaturas terminem no dia 30 do corrente são prevenidos de que as devem renovar até esse dia, a fim de não sofrerem interrupção na remessa. Os preços são os seguintes:

As 3 séries: 120\$ por ano ou 62\$ por semestre
A 1.ª série: 50\$ 26\$ •
A 2.ª série: 40\$ 21\$ •
A 3.ª série: 40\$ 21\$ •

Para o estrangeiro ou colónias que não sejam da África Ocidental acrescem os portes do correio.

SUMÁRIO

Ministério do Interior:

Decreto n.º 8:951 — Fixa o dia 26 de Agosto de 1923 para a realização de eleições de determinados corpos administrativos, na assembleia eleitoral de S. Pedro de Penaferim, concelho de Sintra, que haviam sido anuladas.

Decreto n.º 8:952 — Fixa novo dia para a realização de eleições de determinados corpos administrativos na assembleia de Cabril, distrito de Coimbra.

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 8:953 — Transfere do orçamento do Ministério das Finanças para o do Comércio e Comunicações no ano económico de 1922-1923 a quantia de 530.000\$, importância necessária para as reparações e reconstrução de pontes destruídas pelos insurretos monárquicos em 1919.

Ministério da Marinha:

Decreto n.º 8:954 — Abre um crédito especial da quantia de 600.000\$ a inscrever no capítulo 2.º, artigo 15.º, do orçamento do Ministério da Marinha para 1922-1923, constituindo a epígrafe «Fundo especial de melhoramento do serviço de faróis».

Decreto n.º 8:955 — Abre um crédito especial de 13.840\$ para reforço do capítulo 8.º do orçamento da despesa extraordinária do Ministério da Marinha para 1922-1923.

Decreto n.º 8:956 — Abre um crédito especial de 146.384\$17, a fim de reforçar o capítulo 2.º, artigo 22.º, do orçamento da despesa ordinária do Ministério da Marinha para 1922-1923.

Ministério de Trabalho:

Portarias n.º 3:641 e 3:642 — Autorizam o aumento da taxa de inscrição médica, respectivamente, para as Caldas de Vizela e para as termas das Pedras Salgadas.

Portarias n.º 3:643, 3:644, 3:645, 3:646, 3:647 e 3:648 — Aprovam o aumento de preçário para aplicações terapêuticas e higiênicas, respectivamente, das nascentes de Água, minerais Caldas de Melgaço e termas de Vídago e Pedras Salgadas e minero-medicinais Caldas de Saúde ou Caldinhas, Caldas de Moledo, Caldas de Areos e Caldas do Gerez.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Decreto n.º 8:951

Tendo o Supremo Tribunal Administrativo anulado as eleições na assembleia eleitoral de S. Pedro de Penaferim, para procuradores à Junta Geral do distrito de Lisboa pelo concelho de Sintra e para vereadores efectivos e substitutos da Câmara Municipal do mesmo concelho: hei por bem, usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, fixar o dia 26 de Agosto próximo para a realização das mencionadas eleições.

Fica, pois, por este decreto anulado o do n.º 8:836, que fixava o dia 1 de Julho para esse acto eleitoral.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 27 de Junho de 1923.— ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — António Maria da Silva.

Decreto n.º 8:952

Tendo o governador civil de Coimbra ponderado a necessidade de se fazer o adiamento das eleições de procuradores à Junta Geral do mesmo distrito e de vereadores da Câmara Municipal do mesmo concelho (sede do mesmo distrito), na assembleia de Cabril, marcadas para o dia 1 de Julho próximo pelo decreto n.º 8:837, visto por essa ocasião se encontrarem na Espanha e no Alentejo, ao serviço de ceifas, um elevado número de eleitores: hei por bem fixar o dia 26 de Agosto próximo para a realização das mencionadas eleições.

Fica, pois, por este decreto anulado o do n.º 8:837, já mencionado.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 27 de Junho de 1923.— ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — António Maria da Silva.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Decreto n.º 8:953

Considerando que a lei n.º 1:376, de 13 de Setembro de 1922, autorizou o Governo a ocorrer a todos os encargos resultantes da execução da lei n.º 968, de 10 de